

Artigos

Um crime político, mas sexual: violência, sexualidade e memória no Brasil da redemocratização

Jinx Vilhas¹,  ¹Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, Brasil.

DOI: 10.1590/41011/2026

Resumo: Em 1993, pouco depois de eleito vereador de Coqueiro Seco (AL), Renildo José dos Santos teve seu mandato cassado após expor sua sexualidade “bissexual” durante uma entrevista a uma rádio. Foi sequestrado, torturado e assassinado na sequência, por um grupo de extermínio, a mando de opositores políticos. Seu assassinato foi denunciado como um dos crimes mais violentos cometidos contra um “gay” no Brasil pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) e por grupos de atuação local ao longo dos anos 1990. O “caso” obteve repercussão internacional por meio da atuação de organizações internacionais de direitos humanos e do movimento bissexual. Este trabalho aborda os processos de enquadramento da memória em torno deste “caso”. Os discursos são analisados cotejando as perspectivas de familiares de Renildo, de agentes e setores do Estado, dos movimentos sociais e da imprensa. Por meio de uma etnografia que envolve a realização de entrevistas, a análise de matérias jornalísticas e acervos de ativistas e organizações LGBT e de direitos humanos nacionais e internacionais, focalizo como esses atores participam da construção da memória e do “caso”, destacando as estratégias utilizadas para dar visibilidade e enquadrar, nesse contexto, o assassinato como um crime motivado por preconceito contra orientação sexual. **Palavras-chave:** violência, memória, sexualidade, movimento LGBTQIA+, homofobia.

A Political, Yet Sexual Crime: Violence, Sexuality and Memory in Redemocratizing Brazil

Abstract: In 1993, shortly after being elected city councilor of Coqueiro Seco, Alagoas, Renildo José dos Santos had his mandate revoked after publicly disclosing his “bisexual” sexuality during a radio interview. He was subsequently kidnapped, tortured, and murdered by an extermination group acting on the orders of political opponents. His assassination was denounced throughout the 1990s by the Grupo Gay da Bahia (GGB) and by local activist groups as one of the most violent crimes committed against a “gay” person in Brazil. The “case” gained international attention through the involvement of international human rights organizations and the bisexual movement. This study examines the processes through which memory has been framed around this “case.”

Recebido em 22 de Dezembro de 2025 | Aceito em 22 de Março de 2026

Editor Responsável: João Maia Editora Associada: Angela Facundo Navia 

2026 This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

The discourses are analyzed by comparing the perspectives of Renildo's family members, state agents and sectors, social movements, and the press. Through an ethnography involving interviews, the analysis of news coverage, and activist and organizational archives from national and international LGBT and human rights groups, I focus on how these actors participate in constructing memory and the "case," highlighting the strategies used to give visibility to and frame the murder, in this context, as a crime motivated by prejudice against sexual orientation.

Keywords: violence, memory, sexuality, LGBTQIA+, movement, homophobia.

1. Introdução¹

Proponho, neste trabalho, uma abordagem preliminar do processo de constituição da memória em torno do "caso" do assassinato de Renildo José dos Santos, a partir de algumas perspectivas principais: as de familiares de Renildo e aquelas do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).² Tenho como objetivo central analisar o jogo dramático³ de produção da memória e da vítima nas relações históricas entre sexualidade e outras diferenças, tendo em vista a repercussão e as narrativas sobre o "caso" do assassinato de Renildo José dos Santos. Para tecer e cotejar as narrativas em torno dessa "memória", venho empregando uma articulação de técnicas no contexto de uma etnografia. Consultei acervos públicos e privados de forma presencial, entre os quais destaco: o acervo do jornalista e dirigente sindical João Vicente Freitas Neto (1949-1997),⁴ no Arquivo Público de Alagoas; o acervo de jornais alagoanos da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, em Maceió; o acervo de jornais pernambucanos do Arquivo Público de Pernambuco, no Recife; as pastas da International Lesbian and Gay Association (ILGA) e os fundos do grupo Dignidade e do Grupo Gay da Bahia (GGB) no Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC

¹ Esta pesquisa não teria sido possível sem o auxílio de arquivistas, bibliotecárias e colaboradoras que viabilizaram o acesso aos documentos aqui utilizados. Agradeço às equipes das seguintes instituições: o Arquivo Público de Alagoas, guardião de parte do acervo do jornalista e dirigente sindical João Vicente Freitas Neto (1949–1997); a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, em Maceió, pelo acervo de jornais alagoanos; o Arquivo Público de Pernambuco, no Recife, pelo acervo de jornais pernambucanos; o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+), mantido pelo Grupo Dignidade, em Curitiba, pelas pastas da ILGA e pelos fundos do Grupo Dignidade e do Grupo Gay da Bahia; o Arquivo Edgard Leuenroth do IFCH/UNICAMP, em Campinas, pelo fundo de João Antônio Mascarenhas; e o Instituto Internacional de História Social (IISG), em Amsterdã, pelo fundo *Amnesty International International Secretariat Archives*. Agradeço, do mesmo modo, à Anistia Internacional pela autorização para consulta ao fundo e para a utilização dos documentos. Registro minha profunda gratidão aos familiares de Renildo e aos integrantes do GGAL, que generosamente abriram seus acervos pessoais e compartilharam suas memórias. Agradeço a Regina Facchini e Roberto Efrem Filho pela orientação cuidadosa, instigante e generosa e, ainda, a Inácio Saldanha, por seus comentários, sua leitura atenta e por sua amizade.

² Embora sejam grupos com interesses em comum, há diferenças na abordagem do "caso", em especial em relação à sexualidade de Renildo. Neste estágio da pesquisa, ainda não foi possível progredir na análise das narrativas produzidas e circuladas no movimento bissexual e, portanto, esse aspecto não será analisado neste momento.

³ Proponho a noção de "jogo dramático" no sentido de compreender carreiras políticas e suas tensões como uma sucessão de dramas sociais que se entrelaçam, com fases de conflito, reparação e reintegração, inspirando-me nas ideias de Turner (1974) e na noção de regras do jogo político de Bailey (1969), embora mais como referências interpretativas do que como modelo prescritivo.

⁴ Trata-se de conteúdo pertencente ao jornalista (currículos, cartas, documentos pessoais e outros relacionados à sua carreira profissional), em especial as caixas numeradas de 5233 a 5244.

LGBTI+), em Curitiba; o fundo de João Mascarenhas no Arquivo Edgard Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP), em Campinas; o fundo *Amnesty International. International Secretariat Archives*, no Instituto Internacional de História Social (IISG), em Amsterdã; além dos acervos pessoais de familiares de Renildo e de integrantes do Grupo Gay de Alagoas (GGAL). Ademais, realizei, até o momento, três entrevistas: com a irmã e o sobrinho de Renildo; com um dos advogados que atuaram como assistentes de acusação no processo judicial do “caso”; e com um integrante do GGB.

A noção de “memória” que utilizo baseia-se principalmente nas teorias de Halbwachs (2006) sobre a memória social, em diálogo direto com as contribuições de Pollak (1992). Pollak trata especificamente da constituição de identidades sociais ou individuais, com base em um sentimento de continuidade e pertencimento produzido pelos processos de construção de memória compreendidos à luz da experiência de sobreviventes dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial. Ao acompanhar a produção de uma *vítima*⁵ de *violência* no contexto da construção de um “caso” por meio de diferentes narrativas (Lacerda, 2015b), levo em conta como a *violência*, seus sentidos e sujeitos são coproduzidos por meio da ação de atores que se engajam em tramas densas (Gregori, 1993, 2000; Debert e Gregori, 2008). Essas tramas têm, em seus contornos, aspectos morais que desafiam a própria noção de *vítima*, e mesmo a dualidade *vítima/agressor*. Efrem Filho (2017b) argumenta, nesse sentido, não ser raro que *vítimas* e *algozes* sejam atravessados, ainda que desigualmente, por relações de poder compartilhadas, como gênero, raça, sexualidade, classe, geração e territorialização, cujas disputas se implicam em processos de produção de Estado.

É a partir desse quadro teórico que examino as narrativas sobre o “caso” de Renildo José dos Santos, eleito vereador pelo Partido Trabalhista Renovador (PTR) em Coqueiro Seco, município da Região Metropolitana de Maceió, em 1992, aos 36 anos. À época, o município de Coqueiro Seco somava pouco menos de 5.000 habitantes. Renildo era funcionário dos Correios (Colaço, 2012) e, alguns anos antes de sua eleição, havia se tornado o principal opositor do então prefeito da cidade, *Felipe Lima*.⁶ O acirramento das disputas entre ele e o grupo político do prefeito levou a uma escalada de ameaças e de atos de *violência* contra Renildo. Os documentos a que tive acesso, em especial o dossiê preliminar sobre a violência no Estado de Alagoas (*Dossiê preliminar...*, 1993), narram esse cenário. Em 1989, relata o dossiê, Renildo foi espancado por três policiais. Instaurou-se então um inquérito a esse respeito, cujos autos posteriormente foram extraviados enquanto eram transportados do cartório à Auditoria Militar. Em 1990, Renildo pediu a reinstauração do inquérito e começou a receber, a partir de 1991, uma série de ameaças de morte, em especial por parte de *Frederico Lima*, pai de *Felipe*.⁷ Após denunciar à polícia as ameaças, sofreu uma tentativa de homicídio, em 1991, por parte de policiais militares contratados por *Frederico*. Renildo acabou sendo internado em virtude dos disparos de arma de fogo que o atingiram. No hospital, sofreria uma nova tentativa de assassinato por meio do desligamento dos aparelhos hospitalares: um desconhecido havia se disfarçado de auxiliar de enfermagem para assassinar Renildo, mas foi impedido por um pastor evangélico internado no mesmo quarto.

Renildo sobreviveu e, com sua ferrenha oposição ao prefeito, elegeu-se vereador em 1992. Em janeiro de 1993, em entrevista à Rádio Gazeta de Maceió, a mãe de *Felipe* teria afirmado que o

⁵ Adotei o itálico tanto para categorias êmicas, como para marcar nomes fictícios. Por razões de segurança, os nomes próprios diretamente relacionados ao “caso” foram trocados para nomes que ficcionalizei, exceto os nomes de Renildo, da cidade de Coqueiro Seco e de pessoas com projeção nacional.

⁶ O então prefeito voltou a ser eleito em 2008 e 2012, exercendo mandato entre 2009 e 2016, período em que esteve filiado ao PTB. Concorreu novamente ao cargo de prefeito em 2020, sem sucesso.

⁷ Nascido por volta de 1941, *Frederico* é advogado, proprietário de terras e fazendeiro, exercendo considerável influência política e econômica na cidade e na região.

vereador era “maconheiro, narcotraficante, falsificador de documentos e veado” (*Nós Por Exemplo*, 1993). Renildo pediu, então, direito de resposta, que foi concedido, e declarou não ser maconheiro, narcotraficante ou falsificador de documentos, mas que era, sim, *bissexual*, e não via motivos para se envergonhar. Teria afirmado, ainda, que *Felipe Lima* era *homossexual*. Em represália, Renildo teve seu mandato suspenso no início de 1993 por “falta de decoro” após votação entre seus pares na Câmara Municipal, por nove votos a seis. O presidente da Câmara, *Geraldo Torres*, declarou: “a situação vai piorar, se ficar provado que ele tem relações com homens. Aqui é terra de *cabra macho*” (*O vereador torturado e decapitado...*, 2023, *grifo meu*). O pior, de fato, ainda estava por vir:

A casa do vereador foi arrombada às onze e meia da noite de ontem. Segundo o primo do vereador, que presenciou o fato, seis homens armados com metralhadoras participaram do sequestro. Renildo dos Santos foi arrancado da cama e levado em um Opala cinza, com placa de Salvador. [...] O vereador, que havia sido cassado por ter assumido publicamente a condição de *bissexual*, já havia pedido garantia de vida ao secretário de segurança de Alagoas (*Fernando Murta*, 1993a, *grifo meu*).

Renildo foi sequestrado e assassinado na noite de 10 de março daquele ano. O primeiro jornalista a cobrir o “caso” na TV indicava uma possível relação entre a sexualidade *bissexual* do vereador e o crime. O “caso” repercutiu nacional e internacionalmente em virtude do trabalho de ativistas do MHB, em especial do Grupo Gay da Bahia (GGB),⁸ do Triângulo Rosa⁹ e do Grupo Dignidade,¹⁰ que reivindicavam justiça. O crime figurou ainda no relatório da Anistia Internacional de 1994, que denunciava *violências* contra ativistas dos direitos humanos e trabalhadores do campo no Brasil. No referido relatório, Renildo era citado como *homossexual* (*Amnesty International*, 1994a, p. 79).

Quando foi sequestrado na noite de 10 de março de 1993, diante de sua família, Renildo possivelmente sabia que aqueles eram seus últimos momentos. Tanto matérias jornalísticas como documentos consultados narram que ele havia pedido ajuda e proteção para uma série de órgãos estaduais, para o GGB e até mesmo para a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (sucédida, em 2006, pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas), sem que tivesse conseguido resposta a tempo. As fontes consultadas narram que Renildo deixou uma carta explicando quais seriam os responsáveis por qualquer mal que o afluísse, citando aqueles que o haviam jurado de morte: *Felipe* e *Frederico* (*O vereador torturado e decapitado...*, 2023). Em ofício anterior, direcionado à Câmara Municipal de Coqueiro Seco, o vereador já havia alertado seus colegas para os riscos de que sofria (*Ofício de Renildo José...*, 1993). O ativista João Mascarenhas, do grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, estava organizando a viagem de Renildo para a capital carioca. Cartas entre Mascarenhas e membros do Grupo Dignidade e do GGB, além de uma reportagem no *Nós Por Exemplo* (1993), indicam que os ativistas queriam facilitar que o vereador concedesse entrevistas à grande mídia denunciando a suspensão do mandato.

Antes que pudesse viajar, entretanto, foi sequestrado por policiais a mando de *Frederico* e torturado durante horas. Segundo os peritos constataram, Renildo foi empalado e desmembrado ainda com vida, tendo seus órgãos genitais arrancados e seu corpo carbonizado. Um caçador, única testemunha do crime, narrou às autoridades que os policiais o amarraram a uma árvore, utilizando-se de um carro para separar a cabeça do corpo. Seus restos mortais foram encontrados em um terreno baldio em Xexéu, município de Pernambuco, a mais de 90 quilômetros de Coqueiro Seco, e sua cabeça foi encontrada ainda mais distante, no Rio Una, entre Palmares (PE) e Água

⁸ Fundado em 1980, em Salvador (BA), pelo historiador, antropólogo e ativista Luiz Mott, o GGB é o grupo homossexual mais antigo em atividade no Brasil.

⁹ Fundado em 1985, no Rio de Janeiro (RJ), por um grupo de quatro pessoas, incluindo o advogado João Antônio Mascarenhas. Para um histórico do grupo, cf. *Câmara* (2002).

¹⁰ Fundado em 1992, em Curitiba (PR), por Toni Reis, professor, e David Harrad, tradutor, o Grupo Dignidade foi o primeiro grupo homossexual organizado do estado do Paraná.

Preta (PE) ([O vereador torturado e decapitado...](#), 2023). A identificação do corpo só foi possível por meio de um exame da arcada dentária.

Essa narrativa minuciosa da *violência* que apresento aqui, oriunda principalmente dos autos e de matérias jornalísticas, foi-se constituindo em parte fundamental da produção da memória do “caso”, na medida em que era e permanece sendo replicada e reinterpretada por familiares e movimentos sociais implicados na luta por justiça. Trata-se, como destaca [Efrem Filho \(2017a\)](#), de acionar “imagens de brutalidade” que confirmem legitimidade, enquanto *vítima*, ao sujeito brutalizado, ao pleito de responsabilização dos culpados e, mais amplamente, às pautas reivindicatórias dos sujeitos que visam ao reconhecimento de direitos e à superação da violência. Investida narrativamente, a brutalidade se constitui, portanto, como marca distintiva do “caso” ([Lacerda, 2015a, 2015b](#); [Efrem Filho, 2017a](#)) e catalisadora de mobilizações por direitos, ao mesmo tempo em que enseja que sexualidade e gênero – Renildo, um *homem bissexual*, foi empalado – emergem como importantes marcas morais.

Quanto ao desfecho judicial, a denúncia do envolvimento de *Felipe* no crime nunca prosperou, e somente seu pai e os policiais foram condenados. Os acusados ficaram presos por curtos períodos até o efetivo trânsito em julgado, em 2015, 22 anos após o crime, quando começaram a cumprir pena de cerca de 18 anos de prisão ([O vereador torturado e decapitado...](#), 2023). Poucos anos após a prisão, *Frederico Lima* obteve o benefício da prisão domiciliar. Entre as motivações do homicídio, frequentemente mencionadas pelo movimento homossexual, por pesquisadoras ([Colaço, 2012](#); [Nunes e Galindo, 2012](#); [Green, 2022](#); [Veras, Nascimento e Ribeiro, 2025](#)) e pela imprensa ([Fernando Murta, 1993a, 1993b](#); [Arnaldo Ferreira ganha prêmio...](#), 2017), além de uma suposta animosidade existente entre Renildo e *Felipe*, estão a luta do vereador pelos direitos dos trabalhadores rurais e a sexualidade de Renildo.

Essa confluência de tensões que envolvem desde conflitos políticos locais, violência policial, menções a grupo de extermínio, a demandas de trabalhadores rurais e à homossexualidade e/ou à bissexualidade do vereador e do então prefeito de Coqueiro Seco é constitutiva da curta carreira política de Renildo e das disputas por sua memória. O “caso Renildo” se tornou um símbolo da luta por direitos humanos e de LGBTI+ em Alagoas, e o Grupo Gay de Alagoas (GGAL) coordenou, entre 2001 e 2017, a entrega periódica do Prêmio Renildo José dos Santos de Direitos Humanos ([Veras, Nascimento e Ribeiro, 2025](#)).

2. Sexualidade, violência e política: o “caso Renildo” em perspectiva

A extensão e o alcance político do crime contra Renildo se espalharam para além do Brasil. A repercussão acabou levando ao contato do movimento bissexual de fora do país com o “caso”. A *Australian Bisexual Network*¹¹ criou, em 1997, o *Renildo José dos Santos Memorial Award*, referindo-se a Renildo como *bi/gay*. Foram premiadas ativistas bissexuais de diferentes partes do mundo, como a estadunidense Robyn Ochs, em 1997, a argentina Alejandra Sardá, em 1998, a estadunidense Lani Ka’ahumanu e o bengali Suman Lahiry, em 1999. No Brasil, um movimento bissexual organizado se formou apenas nos anos 2000, e passou a reivindicar uma experiência social específica de pessoas bissexuais, que inclui formas de compreender a *violência* como “bifobia” e “monossexualidade”, em especial a partir de 2010 ([Saldanha, 2024](#)). Antes disso, Renildo foi tratado pelo GGB, em seu boletim de março de 1993, como “o principal mártir gay do Brasil” ([Mott, 2011](#), p. 458, *grifo meu*). Anos depois, foi a vez do historiador [James Green \(2022, p. 39, grifo meu\)](#) falar dele como “o caso que exemplifica de forma mais dramática a violência contra *homossexuais* no Brasil”.

¹¹ A Rede Bissexual Australiana foi fundada em outubro de 1992, na cidade de Perth, durante a 1ª Conferência Bissexual Nacional Australiana.

Àquele período, a categoria “homossexual” era então utilizada por parte do MHB como termo guarda-chuva para se referir a diferentes identidades, englobando *gays*, *lésbicas* e, por vezes, *travestis*.¹² Naquele momento, setores do movimento homossexual consideravam como *gay* qualquer homem que mantivesse relações afetivas e/ou sexuais com outros homens. O movimento, inicialmente por meio do GGB, começava a utilizar o termo *homofobia* como forma de se referir à *violência contra homossexuais*. O “caso Renildo” passou, assim, a ser referido por esses ativistas como exemplo paradigmático da *violência* que pessoas *homossexuais* sofrem no contexto brasileiro. Não seria exagero considerar que o assassinato de Renildo representa um dos “casos” que integraram o próprio processo de formulação da noção de *homofobia* no Brasil, tendo em vista o papel do GGB em registrar e divulgar as mortes violentas de *homossexuais* e *lésbicas* no país por meio de boletins e relatórios anuais (Nunes, 2018). Os dados produzidos pelo grupo e as narrativas sobre o “caso” subsidiaram, em 1993, uma campanha da *International Gay and Lesbian Human Rights Commission* (nomeada *OutRight Action International* desde 2015), com o objetivo de pressionar o governo dos Estados Unidos da América a conceder asilo a homossexuais brasileiros.

Penso ser importante destacar que o assassinato de Renildo ocorreu no contexto de dois processos históricos centrais no Brasil. O primeiro refere-se à redemocratização ou transição democrática, compreendida como um período que se estende para além da abertura democrática, da Constituinte e da promulgação da Constituição de 1988 (Rui e Mallart, 2022), como demonstram as articulações dos grupos homossexuais em torno das Emendas Constitucionais de Revisão (1993-1994).¹³ O segundo diz respeito aos “processos simultâneos de adensamento da participação socioestatal, de ‘descentramento’ [...] e de cidadanização” dos sujeitos políticos do movimento homossexual, que então começa a se configurar gradualmente como movimento LGBT (Facchini, 2020, p. 41). Na segunda metade dos anos 1980, e especialmente a partir dos anos 1990, políticas públicas voltadas a “homossexuais” foram formuladas em resposta à crise do HIV/Aids, com ênfase na prevenção. Esse cenário favoreceu a expansão dos grupos de ativismo e transformou o movimento, impulsionado por redes transnacionais que estimulavam a formalização das organizações e o diálogo com o Estado (Facchini, 2005, 2020). Abriu-se espaço, sendo assim, para novas categorias políticas, além de “homossexuais”, fazendo avançar a dinâmica de cidadanização dos sujeitos políticos do movimento, conforme descrito por Carrara (2016).

Simultaneamente, a categoria “homossexuais” é incluída nas políticas de direitos humanos por meio de uma menção no I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-I), em 1996. Foi somente no PNDH-II, de 2002, entretanto, que o Programa ganhou um eixo específico voltado a ações relacionadas a “GLTTB”,¹⁴ segundo recorda Facchini (2020, p. 43). Ao mesmo tempo, ocorria um recrudescimento da *violência* no país, em especial contra pessoas negras e periféricas, incluídas nesse bojo as “minorias” sexuais, marcada por uma permissividade da *violência* perpetrada por agentes armados e/ou de Estado, conforme apontam Rui e Mallart (2022) e Feltran (2012). A partir da segunda metade dos anos 1990, de forma concomitante, tanto a categoria *homofobia* passa a ser mais amplamente utilizada para enquadrar as *violências contra homossexuais* (Carrara e Vianna, 2004a, 2004b, 2006) como esses sujeitos passam a ter uma inserção nas políticas públicas para além daquelas de saúde, no âmbito da emergência das políticas de direitos humanos, como mencionei acima. O “caso Renildo”, as disputas em torno dele e sua repercussão, nesse sentido, foram e continuam sendo coproduzidas por um complexo emaranhado de relações históricas e políticas, atravessadas quer seja pelo controle violento de grupos minorizados por agentes

¹² Esse é um fato mencionado, por exemplo, por MacRae (2018) ao abordar o então incipiente MHB, mas também por Facchini (2005) em relação a como algumas mulheres referiam-se a si mesmas no grupo Corsa, em um período mais recente.

¹³ Durante a revisão constitucional de 1993, o MHB mobilizou aliados no Congresso para novamente demandar a inclusão da vedação à discriminação por “orientação sexual” na Carta Magna, se articulando a parlamentares simpáticos à causa (Vianna e Lacerda, 2004, p. 51).

¹⁴ A sigla, que seria reconfigurada inúmeras vezes ao longo das décadas seguintes, se referia, naquele momento, à Gays, Lésbicas, Transexuais, Travestis e Bissexuais.

armados e/ou de Estado, quer seja pelas disputas em torno de gênero e sexualidade no contexto brasileiro – seja no âmbito dos movimentos sociais e da academia, seja no de setores sociais ditos *conservadores*.

A construção de uma “memória” de Renildo como *bissexual*, por sua vez, começa a emergir e se tornar evidente somente quando o movimento bissexual a reivindica dessa forma, no contexto de amadurecimento do movimento e da expansão do uso dessa categoria de classificação no Brasil, em especial a partir dos anos 2020. No âmbito das críticas dos ativismos ao apagamento da bissexualidade, seu nome foi citado no Manifesto Bissexual Brasileiro, elaborado por iniciativa da [Frente Bissexual Brasileira \(2021\)](#), ao lado do nome da vereadora Marielle Franco, assassinada em março de 2018. Diferentes versões do “caso Renildo” circulam e foram apropriadas por distintos atores institucionais e ativistas, com base em uma memória compartilhada e, por vezes, até conflitante da violência. O dissenso, nesse caso, é uma faceta produtiva desse processo, ao fazer parte da coprodução de narrativas, sentidos e de sujeitos, como aponta Michael Pollak (1989, 1992).

Em sua análise das narrativas produzidas em torno do “caso” do assassinato de Brandon Teena¹⁵ e de outras pessoas trans, Jack Halberstam (2005) ressalta criticamente a frequente tendência de construir a história de comunidades marginalizadas com base em exemplos providos pela vida de poucos indivíduos “extraordinários”. Para Halberstam, que compreende o conjunto dessas produções narrativas (entrevistas, matérias jornalísticas, produções literárias, autos, filmes etc.) como um arquivo,¹⁶ esse foco na exemplaridade e no “indivíduo representativo” ofusca tanto as histórias de outros sujeitos de sexualidades e gêneros não normativos, como as complexas relações que os constituem. Halberstam defende que, para que a história de Brandon seja significativa, ela precisa ser mais do que apenas sobre ele. Em uma direção complementar, o autor questiona se o que chama de modelos “não metropolitanos” de gênero e sexualidade compartilham características entre si, interculturalmente, e quando comparados aos modelos “metropolitanos”.

A esse respeito, e apesar de reconhecer a possibilidade de alguma aproximação, creio ser importante estabelecer alguns limites. Ainda que os assassinatos de Brandon e de Renildo tenham ocorrido no mesmo ano e em cidades que podem ser descritas como “rurais”, os contextos são muito distintos. Nesse sentido, aspectos diferenciais de raça, classe, estado, país, período histórico nacional e gênero precisam ser ressaltados para evitar que o “caso Renildo” seja lido como variante periférica de um debate produzido na América do Norte. É notório, ainda, o fato de que o crime contra Brandon ganhou ampla repercussão nos Estados Unidos, país com uma indústria cinematográfica pujante, e inspirou o documentário *The Brandon Teena Story* (1998)¹⁷ e o filme *Boys Don't Cry* (1999),¹⁸ além de uma série de obras literárias e artísticas ficcionais e não ficcio-

¹⁵ Brandon Teena (1972-1993) foi um jovem estadunidense assassinado em Humboldt, Nebraska, em 31 de dezembro de 1993, junto de Phillip DeVine e Lisa Lambert, com quem tinha amizade, por dois homens – John Lotter e Tom Nissen – que descobriram que ele era trans. Brandon era branco e de origem humilde, e era conhecido na cidade por ser um rapaz cortês e que fazia sucesso entre as garotas (Halberstam, 2005). Na semana anterior ao seu assassinato, ele havia sido espancado e estuprado pelos dois homens. Quando denunciou o crime à polícia, o delegado tratou a denúncia com descaso, questionando sua idoneidade com base tanto na identidade de gênero de Brandon, como no fato de ele ter um histórico de crimes financeiros.

¹⁶ O autor utiliza uma noção ampliada de “arquivo”, em diálogo com Ann Cvetkovich (2003), que defende uma interpretação “*queer*” do conceito. Para ela, compreender arquivos *gays* e *lésbicos* como “arquivos de emoção e trauma” pode ajudar a explicar suas particularidades e sua *queerness*. O que Halberstam está propondo, em uma direção relacionada, ainda que distinta, é tomar as histórias contadas sobre esses sujeitos, em seu conjunto, como um “arquivo” em si.

¹⁷ Dirigido por Susan Muska e Gréta Ólafsdóttir.

¹⁸ Dirigido por Kimberly Peirce, com Hilary Swank no papel principal.

naís. Não houve, até o momento, qualquer filme ou documentário produzido sobre o “caso Renildo”.

3. O principal mártir gay do Brasil: o movimento homossexual brasileiro e o “caso Renildo”

In Memoriam [sic]: no dia 10/3/1993 o Vereador RENILDO JOSÉ DOS SANTOS, de Coqueiro Seco, AL, por ter-se assumido homossexual, foi seqüestrado e barbaramente assassinado. É o principal mártir gay do Brasil. Este Boletim é dedicado à sua memória. Paz! (Mott, 2011).

ATO PÚBLICO: O Grupo Gay da Bahia (GGB) está convocando os homossexuais baianos para um ato público contra a violência que será realizado hoje em frente a seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em nota distribuída ontem, o GGB protesta contra os últimos assassinatos de homossexuais na Bahia e no País, principalmente o vereador Alagoano Renildo José dos Santos, morto depois de assumir publicamente sua preferência sexual. O grupo classifica a morte do vereador como o caso mais grave de discriminação homossexual ocorrido no Brasil nos últimos anos (Mott, 2011).

Ao menos quatro grupos do MHB se mobilizaram em torno do “caso Renildo”: GGB, Grupo Dignidade, Triângulo Rosa e Atobá.¹⁹ Desses grupos, acessei correspondências enviadas e recebidas por integrantes dos três primeiros. O que demonstro nesta seção é um panorama de sua atuação em relação ao “caso Renildo”. Inicialmente, passei a me questionar sobre onde, como e quando as referências à sexualidade de Renildo apareciam, quer seja na imprensa, nas correspondências dos grupos homossexuais, nos documentos públicos etc. Em virtude de alguns documentos da Anistia Internacional se referirem a Renildo como *bissexual* (Amnesty International, 1994b) e outros como *homossexual* (Amnesty International, 1994a; Brasil: Renildo José dos Santos..., 1993), imaginei que isso se devia ao fato de o MHB, em especial o GGB, cujos boletins serviam como uma das fontes para os relatórios da entidade, se referir a Renildo apenas como *homossexual*. Entretanto, encontrei uma posição diversa da do GGB quando me debrucei sobre as correspondências do Triângulo Rosa, assinadas por João Mascarenhas, e nas correspondências do Grupo Dignidade, assinadas por Toni Reis e David Harrad. Tanto o grupo carioca como o grupo curitibano referiam-se a Renildo majoritariamente como *bissexual*, ainda que a categoria “homofobia” fosse mobilizada vez ou outra.

Quando Renildo teve seu mandato suspenso, em fevereiro de 1993, os grupos homossexuais receberam a notícia por meio de uma nota publicada na Folha de São Paulo, por uma correspondente de Maceió. A partir daí, mandaram centenas de correspondências denunciando o que havia acontecido. O Grupo Dignidade enviou cartas a todos os então 503 deputados e 81 senadores, cobrando um posicionamento. Mascarenhas enviou cartas ao Ministério da Justiça, ao presidente Itamar Franco e ao governador de Alagoas, Geraldo Bulhões, assim como ao secretário de segurança do Estado, Wilson Perpétuo. Tentaram, ainda, sem sucesso, angariar o apoio da OAB nacional. A maior parte dessas cartas não recebeu qualquer resposta, com a exceção do deputado Vladimir Palmeira (PT-RJ), que enviou telegramas às autoridades alagoanas cobrando providências, prometendo que faria um discurso no plenário a respeito do “caso”, o que acabou se concretizando apenas em 16 de março daquele ano, após a morte de Renildo.

Apesar da forte mobilização contra a suspensão do mandato de Renildo, os grupos homossexuais só compreenderam a gravidade da situação quando Renildo escreveu uma carta a Mascarenhas, explicando o que se passava, conforme relatado por Mascarenhas a Luiz Mott:

Ontem recebi material interessante enviado pelo ver. Renildo. O homem parece-me de tão extraordinário destemor que me pergunto se “funcionará bem da bola”. Hoje, entre 9 e 10 horas da manhã, esperarei telefonema dele, de Maceió, para saber se ele está disposto mesmo a vir ao Rio e em que

¹⁹ Fundado em 1985, na zona oeste do Rio de Janeiro, por amigos de Sidney dos Santos, homossexual assassinado naquele ano na cidade.

data. Se vier, eu pagarei a passagem, de ônibus, e o hospedarei em meu apartamento. Nessa hipótese, “ça va sans dire”, envidarei o máximo de esforços para que seja entrevistado pelos maiores jornais, revistas e emissoras de rádio e TV daqui. Tenho, porém, o palpite de que ele não telefonará, hoje, ao menos, e, se não o fizer, eu perderei 80% da minha vontade em auxiliá-lo, e de aproveitá-los [sic] “para honra e glória do nosso Movimento”, of course”. Para quem gosta de horários e prazos, como eu, é muito frustrante comunicar-se com alguém sem endereço e sem telefone (Mascarenhas, 1993).

Nas cartas seguintes, o ativista lamenta que Renildo “emudeceu”. Antes do assassinato, conseguiu falar com ele por telefone e chegou a planejar sua viagem ao Rio de Janeiro, marcada para a manhã do dia 11 de março, justamente um dia após o sequestro. Não fica evidente, nas cartas anteriores ao crime, se o ativista estava ciente dos riscos que Renildo enfrentava. Isso se explica não apenas pela dificuldade de comunicação entre ambos, mas sobretudo pelas enormes distâncias sociais, políticas e econômicas que separavam Mascarenhas do vereador.

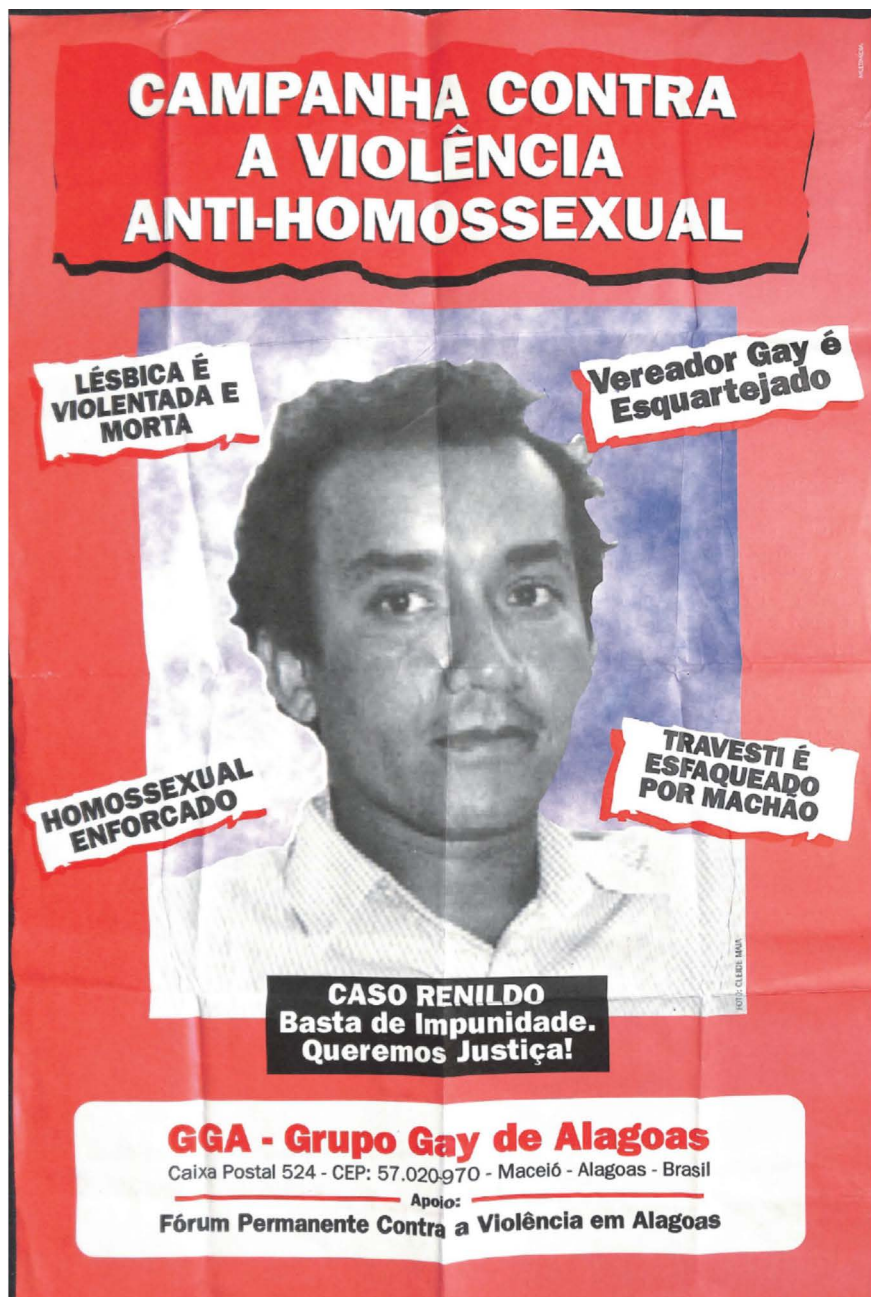
Natural de Pelotas, no Rio Grande do Sul, e advogado, Mascarenhas se mudou para o Rio de Janeiro após receber uma herança. Passou então a se dedicar integralmente à militância no MHB, do que se destaca o seu papel na Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Mascarenhas foi o primeiro homossexual convidado a discursar, e organizou os esforços dos grupos do MHB para incluir a vedação à discriminação por *orientação sexual* no texto constitucional. Alguns anos após o fracasso dessa mobilização, sua preocupação em relação à suspensão do mandato de Renildo parecia se dividir entre dois objetivos: de um lado, orientá-lo a transformar esse fato em uma oportunidade de afirmação política vinculada à causa *homossexual* no âmbito local; de outro, inserir o “caso” nos debates nacionais sobre a inclusão da vedação à discriminação por orientação sexual na Constituição de 1988, durante a reforma constitucional então em discussão (1993–1994), que, contudo, terminaria aprovada sem a incorporação dessa menção. Após a morte de Renildo, Mascarenhas tomou ciência das ameaças que Sara, irmã do vereador, sofria, e organizou, junto de outros ativistas, o envio de uma quantia para que ela pudesse sobreviver e fugir de Maceió.

A repercussão do crime foi intensa, reunindo ativistas como Luiz Mott, Toni Reis, David Harrad e Mascarenhas, dentre outros, na cobrança por justiça junto às autoridades. Essa mobilização impulsionou a articulação de defensores dos direitos humanos no contexto local, em Maceió. O Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas, instituído em 1991 por diferentes entidades locais (Freitas, 2003), publicou, logo após o assassinato de Renildo, um dossiê (Dossiê preliminar..., 1993), chamando a atenção das autoridades locais, estaduais e nacionais a respeito dos recentes acontecimentos violentos no estado. Os documentos aos quais tive acesso apontavam que Alagoas enfrentava uma “crise na segurança pública” mais ampla,²⁰ afetando não apenas pessoas tidas como sexualmente desviantes e trabalhadores do campo, mas também pessoas pobres e em situação de vulnerabilidade, conforme apontava o dossiê supracitado.

Em 1996, surgiria o Grupo Gay de Alagoas (GGAL), em Maceió, um dos atores locais que passaram a reivindicar a memória de Renildo enquanto *homossexual* daquele momento em diante (Imagem 1). Sob a liderança inicial do ativista Pedro Silva, o grupo acompanhou de perto o andamento do processo judicial envolvendo os acusados pelo sequestro e assassinato de Renildo, mantendo contato frequente com os familiares, especialmente com Sara, e garantindo apoio durante todo o desenrolar do processo judicial.

²⁰ Tanto a noção de “crise” como seu uso têm sido objeto de reflexão por parte da filosofia da história. Reinhart Koselleck traça sua genealogia apontando que a adoção de “crise” na linguagem política está relacionada à formação de uma “consciência histórica”, na qual os sujeitos se situam em um momento do tempo, e a ideia de crise passa então a indicar processos de ruptura iminente. Esse uso é particularmente importante para os movimentos sociais, na medida em que se aproxima da ideia de “revolução” (Koselleck, Tsouyopoulos e Schönpflug, 2007). Essa perspectiva, que não toma a noção de “crise” como autoevidente, tem sido apropriada por cientistas sociais tanto no exterior (Roitman, 2014), como no Brasil (Freire, 2022; Sander, 2024).

Imagem 1. Reprodução de cartaz do GGAL, produzido em 1997



Fonte: CEDOC/Grupo Dignidade.

O GGAL passou a articular ações voltadas à preservação da memória de Renildo em âmbito local, além de atuar na defesa dos direitos de *homossexuais*. O grupo organizou iniciativas como o Prêmio Renildo José dos Santos de Direitos Humanos, promoveu anualmente as Paradas do Orgulho LGBTQIAPN+²¹ em Maceió desde 2001, e intensificou o diálogo com o Estado e outros movimentos sociais em prol dos direitos sexuais e de gênero. Dessa forma, o GGAL se consolidou como o principal ator desse tipo em Alagoas.

²¹ Nome atual. Na primeira edição, foi intitulada Parada do Orgulho Gay.

4. Um crime político, mas sexual: o “caso” através do relato de uma irmã e um sobrinho

Desde o início da pesquisa que deu origem a este artigo, considerei importante entrar em contato com familiares de Renildo. Dentre os diferentes atores que passaram a se engajar na produção da memória sobre o “caso”, a família de Renildo parecia ocupar um papel central. Era o que eu intuía a partir dos relatos da imprensa a que tive acesso, que mencionavam, com alguma frequência, os nomes de *Sara*, irmã de Renildo, e outros familiares que teriam ajudado o vereador, provendo-lhe esconderijo e se engajando na luta por justiça, visando à responsabilização de seus assassinos e do mandante.

Em novembro de 2024, realizei uma viagem de campo por Recife, Maceió, Coqueiro Seco e Salvador, com o objetivo de localizar documentos, matérias jornalísticas e pessoas envolvidas com o “caso Renildo” ao longo dos últimos 32 anos. Nessas semanas de trabalho, visitei o Arquivo Público de Pernambuco, o Arquivo Público de Maceió e a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, assim como entrevistei Everaldo Patriota, advogado notório por sua atuação em defesa dos direitos humanos, e que atuou como assistente da acusação nos processos judiciais contra os responsáveis pelo crime.

Na manhã da ida a Coqueiro Seco, após atravessar as instalações da petroquímica Braskem e a ponte Divaldo Suruagy, a paisagem transicionou dos aspectos urbanos de Maceió para uma planície costeira coberta não por edifícios, mas por mata atlântica e mangue. Passei por alguns povoados, como Cadoz, que faz parte de Coqueiro Seco e, assim como sua sede, situa-se ao lado da Lagoa Mundaú. Da orla de Coqueiro Seco, foi possível ver, do outro lado, parte das obras de reparação socioambiental da Braskem no bairro Bebedouro, em Maceió, em virtude do afundamento do solo causado pela extração de sal-gema.²² Ao chegar na Câmara Municipal, esperei alguns minutos por *Eduardo*, sobrinho de Renildo. O dia estava ensolarado, e a cidade parecia pacata, com poucas pessoas andando nas ruas. Quando chegou, *Eduardo* estava bem-vestido e nos cumprimentou. Ele pediu desculpas pelo atraso e se justificou dizendo que estava “cheio de trabalho”.

Eduardo nos disse que *Sara* deveria estar na casa de alguém, e passou a tentar localizá-la por meio do *WhatsApp*. Depois de algum tempo, *Sara* chegou. Nós, então, a acompanhamos até sua casa e ela nos pediu ajuda para abrir o portão de ferro, que repousava tampando um vão no muro que dava acesso à casa. Talvez uma palavra que possa descrever *Sara* seja “espirituosa”. Ele, por outro lado, bastante animado, manteve uma postura mais “política” e séria. A casa de *Sara* é simples e humilde. Ela sobrevive de *bicos* (trabalhos informais) e da ajuda de familiares e pessoas amigas. Conversamos brevemente sobre o motivo de estarmos ali, sobre nossas origens e *Sara* começou a falar sobre seu irmão:

Ele assumiu em fevereiro. Aí só foi para uma sessão, que teve aí na Câmara. Quando foi uma semana depois, ia ter a [outra] sessão no dia de sexta-feira, era sexta ou era quinta. Quando foi na quarta-feira mataram ele, sequestraram. Mas antes, uns anos atrás, acho que era um ano, era dois anos atrás, ele sofreu um atentado. Tentaram matar ele. Na época, o delegado daqui que mora até lá perto do chão da Jaqueira... Ali tem um condomínio, tem um conjunto ali, ele mora ali. Ele chegou na casa do meu irmão tarde da noite, bateu na porta. Aí disse: “É a polícia”. Aí meu irmão foi e disse: “Bota a carteira, bota a carteira por baixo da porta”. Porque ele já tinha, já vinha sofrendo ameaça, né? Só

²² A mineração de sal-gema pela Braskem em uma série de bairros da cidade, ao longo de mais de quatro décadas, criou vazios subterrâneos, desencadeando o afundamento de terrenos e danos em áreas adjacentes, incluindo estradas, casas e vias públicas. O fenômeno, percebido desde 2018, foi agravado pela falta de monitoramento adequado e gerou debates sobre os impactos ambientais e responsabilidades da empresa e do governo. Ainda hoje são registrados desabamentos parciais e riscos de colapso em áreas próximas às minas. Os bairros afetados foram quase totalmente evacuados e as pessoas afetadas ainda lutam por reparação.

que só ameaça de boca. Pronto. Só que ele não levou fé. A verdade é essa. Ai o delegado foi, botou a identidade por baixo da porta. Quando ele abriu, ele meteu o tiro. Eles atiraram e correu. Entrou dentro do carro, porque onde ele morava era um pouco esquisito, uns canaviais, que não é igual agora. Era cana ali tudo, era cana, cana, cana até ao lado da casa dele. Ai os caras entrou no carro e foi embora. [...] Eu morava até um pouco distante dele assim, mas na mesma rua. Quando a menina chegou lá, disse: “ah, *Sara*, tentaram matar teu irmão”, aí eu levantei da cama desesperada, morava perto da dona *Jurema*. Dona *Jurema*, que era Deus no céu e os meninos. A dona *Jurema*: “pelo amor de Deus, porque foi muito tiro, muito tiro”. Aí perfurou o pulmão dele, ele tinha um dreno. Quando foi com um ano, no máximo dois anos, eles vieram para sequestrar (*Sara e Eduardo*, 2024).

Essa era a primeira vez em que entrava em contato com um relato mais próximo e com tantos detalhes a respeito do que havia acontecido com Renildo. Até aquele momento, eu acessara apenas os relatos produzidos pelos movimentos sociais e aqueles publicados na imprensa. *Sara* vivenciou de perto tudo o que ocorrera com seu irmão. Durante muito tempo, disse-nos *Sara*, haviam morado juntos e tinham uma relação de muita parceria e confiança. A relação de *Sara* com o “caso” de Renildo não era apenas de uma pessoa próxima, no entanto. Ela estava implicada a tal ponto que se tornou, também, um alvo:

Eu tive que sair daqui. Fui para Maceió. Eles tentaram me matar lá. Eu fui para São Miguel dos Campos,²³ eles tentaram me matar lá. Eu bati uns cinco municípios aqui. Eles vinham de carro. Como o pessoal já me conhecia, já sabia o que eu tinha passado, aí o pessoal chegava para mim e dizia: “Olha, tem...”. E era sempre uma Caravan. Antigamente não tinha aqueles carros grandão? Chamava Caravan. Aí era: “a mesma coisa que andou em tal lugar atrás de você tá andando por aqui”. Aí eu já saía daquele lugar, já ia para outro. Até no presídio eu tive que ficar. Fiquei um bom tempo no presídio. Não tinha notícia das minhas filhas, nem da minha irmã, que é avó dele [aponta para *Eduardo*]. Não tinha notícia de ninguém. Aí foi quando eles me pegaram. Aí eu tenho cicatriz, da bala [mostra cicatriz extensa na perna] (*Sara e Eduardo*, 2024).

Após a morte de seu irmão, *Sara* se tornou uma das principais vozes a clamar por justiça e pela responsabilização dos acusados. Foi ela quem reconheceu o corpo carbonizado do irmão e quem acompanhou de perto o julgamento, sendo uma das testemunhas-chave do processo. Em virtude disso, foi perseguida, ameaçada de morte e sofreu um atentado. Após ser atingida por disparos de uma arma de fogo na perna, *Sara* viajou para a cidade do Rio de Janeiro, onde foi acolhida por integrantes do Grupo Atobá.

Tanto *Sara* como *Eduardo* descrevem Renildo como uma pessoa que lutou pelas *minorias sociais* de forma muito intensa, em especial os trabalhadores rurais da cana-de-açúcar. Ele teria sido responsável por ajudar uma grande quantidade de trabalhadores em situação precária a se regularizarem. Ao ajudar as pessoas a obterem seus “direitos”, Renildo se opunha aos donos de terras da região, para quem a ausência de documentação servia muito bem. Tratava-se, afinal, do contexto de transformações nas relações do campesinato e da indústria sucroalcooleira, especialmente para os trabalhadores do corte de cana-de-açúcar, a que Lygia Sigaud (2004) dedicou suas pesquisas na mata pernambucana. Até a metade da década de 1960, os proprietários ou arrendatários de terras permitiam que as pessoas que trabalhavam nas lavouras de cana-de-açúcar fossem *moradores* das lavouras, onde se instalavam com suas famílias e podiam criar animais e plantar alimentos. No entanto, a chegada dos *direitos* introduziu um novo paradigma.

Com a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais e das Ligas Camponesas²⁴ a partir dos anos 1950, juntamente com a aplicação da nova legislação trabalhista,²⁵ as relações no campo se modificaram gradualmente. O modelo regido por relações próximas e pelo respeito do

²³ Município com cerca de 50 mil habitantes, localizado a sudoeste de Coqueiro Seco, aproximadamente a 35 km de distância. Assim como outros municípios da região, faz parte de uma importante zona canavieira.

²⁴ As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais, sob forte influência do então Partido Comunista do Brasil (PCB).

²⁵ Em especial o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado pelo Congresso em 1963.

morador ao seu *patrão*, assim como pelo fornecimento de moradia e do pagamento pelo trabalho, foi substituído pelo trabalho assalariado, regulado pela Justiça. Sigaud (2004) aponta que, apesar da extinção das Ligas Camponesas e da repressão após o Golpe Civil-Militar de 1964, a atividade sindical foi logo retomada, ainda que sob intenso escrutínio estatal, e o regime incentivava o uso da Justiça para mediar conflitos no campo. Em Pernambuco, segundo a autora, os proprietários de terras e arrendatários começaram a cumprir a nova legislação trabalhista principalmente por temor de serem denunciados por seus *moradores* e, portanto, serem considerados *maus patrões*. Em Alagoas, em outro sentido, Beatriz Heredia (1989) destaca como a atuação dos sindicatos e líderes populares, em conflito com os patrões e visando à garantia dos *direitos*, foi particularmente intensa e significativa.

Quando Renildo esteve mais atuante, no início dos anos 1990, o setor sucroalcooleiro sofria uma crise em virtude da retirada dos subsídios fornecidos ao setor pelo Governo Brasileiro. Os conflitos pela terra se adensaram e os movimentos sociais passaram a se organizar para ocupar terras que estavam sendo abandonadas por seus proprietários. Esses conflitos, como sabemos, frequentemente despontaram em violência. Renildo, por sua vez, atuou inicialmente como líder comunitário de seu bairro, presidindo a Associação de Moradores da “Brasília” (Freitas, 2003). Para além de lutar por melhores condições de trabalho, incidia em outras causas sociais, fornecendo alimentação por meio da organização de “panelões” de sopa para alimentar quem precisava, por exemplo.

Essa sua incômoda faceta, como era encarada pelos donos de terra, entretanto, é mencionada apenas brevemente na imprensa e nos relatos que circulavam entre os grupos do MHB da época. O que chamava a atenção para eles, é claro, é o fato de que o mandato de Renildo havia sido suspenso por falta de decoro após ele ter se declarado *bissexual*. O fato de o “caso” haver ganhado notoriedade nacional e internacional por meio da atuação do MHB explica apenas parcialmente o porquê de outros aspectos terem sido eludidos. Em diálogo com Efrem Filho (2017a), parece-me necessário salientar como a sexualidade é destacada como marca distintiva de crimes desse tipo. Isso ocorre, por um lado, devido ao uso que fizeram o MHB e mesmo a família de Renildo, que apontam sua sexualidade como explicação para a *violência* que ele sofreu. Por outro lado, as narrativas sobre o “caso” destacam a forma profundamente marcada por gênero e sexualidade pela qual sua tortura foi realizada, incluindo o *empalamento* e a *remoção de órgãos genitais*. A esse respeito, Efrem Filho (2017a) notou como a publicização dessas “imagens de brutalidade” está intimamente relacionada não só à disputa pela legitimidade de uma *vítima* ser *vítima* – ao levar a violência ao extremo, torna-se praticamente impossível ignorá-la; ou *luta-se* para que ela não seja ignorada –, mas também ao modo como moralidades de gênero e sexuais informam essas imagens e inclusive a imaginação acerca do que é brutal. Assim, nos documentos, denúncias ou nos autos judiciais, as diversas menções à empalação e à remoção da genitália da *vítima* integram a produção dos atos de violência por meio das narrativas que forjam os corpos brutalizados.

Sara e Eduardo acreditam que o preconceito contra a sexualidade de Renildo desempenhou um papel tão significativo em seu assassinato quanto sua ligação com *causas sociais*. Não era apenas um detalhe. Ambos rejeitam interpretações simplistas, que tentam atribuir a motivação pelo que aconteceu a um aspecto ou outro. Para eles, em especial Eduardo, o crime foi *político*, *mas também sexual*:

Ele foi uma grande personalidade, né, que sempre lutou pelos direitos e a igualdade das pessoas. Ele não buscava para ele isso, mas buscava para os que ele convivia, sabe? Então, para mim, conviver com essa história foi uma via de mão dupla. Eu sempre achei, encontrei o motivo de sentir orgulho dele, mas também ficar triste pela família. Olha, como ela disse para você, o que acendeu muito foi o desejo de justiça, que depois de um tempo a justiça decretou a prisão do mandante do crime. Ele assumiu, graças a Deus, isso é bom a gente frisar muito, que ele assumiu o crime. Então, aconteceu realmente o crime e ele assumiu que fez isso aí, que foi o mandante do crime, que outra coisa seria se ele tivesse até hoje negado isso, né? Mas ele assumiu. Então esse foi um crime político, mas também sexual. Pode ter certeza (Sara e Eduardo, 2024).

Sua atuação em prol dos trabalhadores rurais e de sua comunidade, aliada à publicização de sua sexualidade e ao tensionamento gerado pela acusação feita por Renildo (*Nós Por Exemplo*, 1993) de que o então prefeito compartilhava dessa mesma sexualidade, encontram-se de forma indissociável em uma espécie de nó cego. É interessante perceber como essa visão contrasta com aquela apresentada por parte do MHB, em especial o GGB, para quem Renildo teria sido “o principal mártir gay do Brasil” (Mott, 2011, p. 458). Eduardo se opõe firmemente à ideia de que Renildo teria sido um “ativista LGBT”, no sentido que damos ao termo atualmente. Apesar de ser um notório ativista das *causas sociais* e das *minorias*, ambos os familiares de Renildo frisam que ele era muito reservado sobre sua sexualidade, exceto entre seus familiares e amigos mais próximos. Sua atuação como líder político o levou a ter contato com políticos importantes daquele período, inclusive o ex-presidente Fernando Collor de Mello e o agora vice-governador de Alagoas, Ronaldo Lessa.²⁶ Enquanto liderança local, participou do Congresso Brasileiro das Associações de Moradores, ocorrido em Brasília-DF, em 1989 (Imagem 2).

Sara se coloca como guardiã da memória de Renildo. É ela quem conta a seus familiares, e a quem mais queira ouvir, tudo o que sabe sobre seu irmão. Ela guarda como relíquias a agenda do irmão e um álbum com diversas fotos dele – álbum que pude escanear em sua integralidade. Seu sobrinho Eduardo, por sua vez, busca constituir-se como herdeiro político do tio-avô na cidade, por meio de sua atuação junto à política local, cuja administração nem sempre pende para o lado político mais afeito à família. Felipe chegou a ser reeleito prefeito de Coqueiro Seco por mais duas vezes após o assassinato, períodos em que Sara tomou a decisão de se afastar do município,

Imagem 2. Renildo (à esquerda) ao lado de um homem, em foto tirada durante o I Congresso Brasileiro das Associações de Moradores, em 1989, em Brasília-DF



Fonte: acervo pessoal de Sara.

²⁶ Que era, à época do assassinato, prefeito de Maceió.

temendo por sua segurança. Na eleição municipal mais recente, *Felipe* foi derrotado, e *Sara* narra esse acontecimento como uma vitória da memória de Renildo sobre a injustiça cometida contra ele e sua família. O nome de Renildo foi dado a uma rua da cidade, mas, apesar dessa conquista, sua foto ainda não constava no quadro de vereadores da Câmara de Coqueiro Seco.

5. Considerações finais

A análise das narrativas em torno do “caso Renildo” tem revelado as camadas complexas que conjugam política, violência, apagamento e tensionamentos nas disputas por memória que marcam a história recente das pessoas *homo/bissexuais* em Alagoas e no Brasil, em especial durante o período da redemocratização. Nesse sentido, seu assassinato não pode ser compreendido de forma dissociada das tensões que atravessaram sua vida pública e pessoal: Renildo foi um homem pobre, líder político atuante na defesa dos trabalhadores do campo e, ao mesmo tempo, alguém que tornou pública sua *bissexualidade* em um contexto marcado pelo fazer político permeado pela experiência da *violência*, e pelo que hoje é descrito pelos movimentos sociais e por algumas pessoas pesquisadoras como “heteronormatividade” e “monossexualidade”. Ele foi ainda além ao atribuir ao prefeito da cidade a mesma homossexualidade que se revelara incômoda aos políticos e donos de terra da cidade. Ao mesmo tempo, trata-se de um “caso” que foi instrumentalizado por parte do movimento homossexual como premissa, em um processo histórico que culminou na própria adoção dessas e de outras noções no Brasil - como “homofobia”.

Ao optar por abordar o “caso” a partir de uma perspectiva etnográfica, considerando as diferentes formas pelas quais sua memória foi mobilizada pela família, movimentos sociais, instituições internacionais e setores e agentes do Estado, este trabalho buscou refletir criticamente sobre a produção de sujeitos, de *vítimas* e da memória sobre eles. Os relatos de *Sara* e *Eduardo* evidenciam o assassinato de Renildo enquanto *crime político e sexual*, marcado tanto por sua atuação política, como pelos “atos de violência” presentes em sua tortura, atravessados por sexualidade e gênero. A análise da produção de memória sobre o “caso” tem revelado ainda como ela se dá de forma múltipla, tensionada por interesses e objetivos políticos distintos. A forma como parte do MHB buscou construir a imagem de Renildo como “o principal mártir gay do Brasil”, ainda que relevante no processo de visibilização da *homofobia* no país, eludiu outros aspectos de sua trajetória, como sua *bissexualidade* e seu papel central na luta pelos direitos de trabalhadores rurais e pelas *causas sociais* em Coqueiro Seco. Por esse motivo, busquei trazer, neste artigo, mais detalhes sobre esses aspectos.

Por fim, a análise desse “caso” tem auxiliado na compreensão mais ampla das múltiplas maneiras como violência, sexualidade e memória se entrelaçam, coproduzindo-se. O “caso Renildo” não parece ser constituído como “exemplar” e paradigmático apenas pela brutalidade presente no crime, mas também pelo que as narrativas que o circundam revelam sobre formas de silenciamento/apagamento, sobre as distintas estratégias de mobilização no âmbito dos movimentos sociais e, também, sobre a construção e reconstrução de legados e enquadramentos nas margens do Estado e da cidadania.

Declaração de uso de IA

Declaro que não houve utilização de ferramentas de inteligência artificial generativa na redação ou revisão deste artigo. O NotebookLM, ferramenta do *Google*, obtida por meio de acesso institucional da UNICAMP, foi utilizada na transcrição das entrevistas.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2024/07384-3.

Declaração de disponibilidade dos dados

Os dados da pesquisa estão parcialmente disponíveis no corpo do documento. O restante está indisponível.

Conflito de interesses

Declaro que não há qualquer conflito de interesse, seja de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira, relacionado ao manuscrito submetido, que possa ter influenciado sua elaboração, resultados ou conclusões.

Contribuição de autoria (CRediT)

Jinx Vilhas: conceituação; curadoria dos dados; análise formal; aquisição de financiamento; investigação; metodologia; administração do projeto; redação – rascunho original; redação – revisão e edição.

Referências

- AMNESTY INTERNATIONAL. **Amnesty International Report:** 1994. Londres: Amnesty International Publications, 1994a. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/0002/1994/en/>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- AMNESTY INTERNATIONAL. **Breaking the Silence:** Human Rights Violations Based on Sexual Orientation. Londres: Amnesty International Publications, 1994b.
- “Arnaldo Ferreira ganha prêmio de Direitos Humanos Renildo José dos Santos”. Maceió: Gazetaweb.Com, 2017. (300 min.), Digital, son., color. Canal Gazetaweb no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xtCZfP1QUTE>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- BAILEY, Frederick G. **Stratagems and Spoils:** a Social Anthropology of Politics. Hoboken: Wiley-Blackwell, 1969.
- BOYS DON'T CRY. Direção: Kimberly Peirce. Estados Unidos: Fox Searchlight Pictures; Killer Films; Hart-Sharp Entertainment, 1999. 1 filme (118 min), son., color.
- Brasil: Renildo José dos Santos (concejal local y homosexual). Telegrama, 1993. Fundo Amnesty International. International Secretariat Archives, International Institute of Social History, Amsterdã, Países Baixos. Código: AMR 19/07/93/s.
- CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual:** a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.
- CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, e164717, 2016. DOI
- CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro: características gerais. In: CÁCERES, Carlos F.; FRASCA, Timothy; PECHENY, Mario; TERTO JÚNIOR, Veriano. (org.) **Ciudadania sexual en América Latina:** abriendo el debate. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia, 2004a.

- CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. As vítimas do desejo: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. (org.) **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004b.
- CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006. [DOI](#)
- COLAÇO, Rita. Renildo José dos Santos: 19 anos de impunidade - homofobia ou silenciamento? 2012. Disponível em: <https://memoriamhb.blogspot.com/2012/07/renildo-jose-dos-santos-19-anos-de.html>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- CVETKOVICH, Ann. **An Archive of Feelings: Trauma, Sexuality, and Lesbian Public Cultures**. Durham: Duke University Press, 2003.
- DEBERT, Guíta Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, 2008. [DOI](#)
- Dossiê preliminar – violência em Alagoas. Maceió, mar. 1993. Arquivo Público de Alagoas, Acervo João Vicente Freitas Neto, caixa 5233, não organizado, 14 nov. 2024, Maceió.
- EFREM FILHO, Roberto. A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e175007, 2017a. [DOI](#)
- EFREM FILHO, Roberto. Os Meninos de Rosa: sobre vítimas e algozes, crime e violência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, e175106, 2017b. [DOI](#)
- FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. (org.) **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FELTRAN, Gabriel. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 232-255, 2012. [DOI](#)
- FERNANDO MURTA. [Reportagem televisiva]. Maceió: TV Pajuçara, 1993a. (181 min.), son., color.
- FERNANDO MURTA. [Reportagem televisiva]. Maceió: TV Pajuçara, 1993b. (108 min.), son., color.
- FREIRE, Lucas. Uma situação sem precedentes? Temporalidades e políticas da “pior crise da saúde pública” no Rio de Janeiro. **Revista Antropolítica**, Niterói, v. 54, n. 2, p. 361-384, 2022. [DOI](#)
- FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecos da violência: narrativas e relações de poder no nordeste canavieiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2003.
- Frente Bissexual Brasileira. Manifesto bissexual brasileiro, 2021. Disponível em: <https://www.frentebissexualbrasileira.org/manifesto-bissexual-brasileiro>. Acesso em: 17 abr. 2026.
- GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2022.
- GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.
- GREGORI, Maria Filomena. **Viração: experiências de meninos nas ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HALBERSTAM, Jack. **In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives**. Nova Iorque: NYU Press, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart; TSOUYOPOULOS, Nelly; SCHÖNPFUG, Ute. Krise. In: RITTER, Joachim; GRÜNDER, Karlfried; GABRIEL, Gottfried. (org.) **Historisches Wörterbuch der Philosophie**. Basel: Schwabe Verlag, 2007. DOI
- LACERDA, Paula. **Meninos de Altamira: violência, luta política e administração pública**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015a.
- LACERDA, Paula. Reconstruindo corpos, reconstruindo trajetórias: ações da medicina e da justiça frente à mutilação sexual de meninos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 44, p. 299-331, 2015b. DOI
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018. DOI
- MASCARENHAS, João Antônio. Carta enviada a Luiz Mott. 3 mar. 1993. Fundo João Antônio Mascarenhas, Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- MOTT, Luiz. **Boletim do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011.
- NÓS POR EXEMPLO. Rio de Janeiro, ano II, n. 7, mar. 1993.
- NUNES, Larissa Fontes; GALINDO, Laura Teresa Barbosa. **Homofobia letal: um panorama do preconceito que mata em Alagoas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.
- NUNES, Plácido Adriano de Moraes. **Como se computa violência homofóbica no Brasil? Dados, reconhecimento e visibilidade do movimento LGBT em Maceió-AL**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.
- “O vereador torturado e decapitado por se declarar gay, em Alagoas”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 mar., 2023. Blog do Acervo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2023/03/o-vereador-torturado-e-decapitado-por-se-declarar-gay-em-alagoas.html>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- Ofício de Renildo José dos Santos. Coqueiro Seco, Câmara Municipal de Coqueiro Seco, 28 jan. 1993. 1 f. Documento em papel timbrado. Arquivo Público de Maceió, 14 nov. 2024, Maceió.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- ROITMAN, Janet. **Anti-crisis**. Londres; Durham: Duke University Press, 2014.
- RUI, Taniele; MALLART, Fábio. “A ditadura nunca terminou”: etnografias de transições democráticas. **Revista Antropolítica**, Niterói, v. 54, n. 2, p. 12-21, 2022. DOI
- SALDANHA, Inácio. A monossexualidade em debate: classificações e genealogias possíveis. **Temáticas**, Campinas, v. 32, n. 64, p. 17-54, 2024. DOI
- SANDER, Vanessa. **Pavilhão das sereias: uma etnografia dos circuitos de criminalização e encarceramento de travestis e transexuais**. Rio de Janeiro: Telha, 2024.
- SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 131-163, 2004.
- THE BRANDON TEENA STORY. Direção: Susan Muska; Greta Olafsdottir. Estados Unidos: Independent Television Service; Killer Films, 1998. 1 filme (89 min), son., color.
- TURNER, Victor. **Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society**. Ithaca: Cornell University Press, 1974.
- VERAS, Elías; NASCIMENTO, Marcelo; RIBEIRO, Cintia. **Orgulho LGBTQIAPN+: acervos, memórias e escritas**. Alagoas (1990-2022). Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2025.